

Setor privado cobra novos investimentos

O presidente da Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base-Abdib, Antônio Teófilo Orth, afirmou ontem que o débito das estatais com o setor de empresas de bens de capital, estimado em Cz\$ 4,5 bilhões, deve na verdade significar cerca de 1 bilhão de dólares, referente a "revisões contratuais dos reajustes que foram bloqueados com o Plano Cruzado".

Munido com este quadro, Teófilo esteve ontem com o ministro José Hugo Castello Branco, da Indústria e Comércio, para reivindicar um conjunto de medidas que está sendo aguardado visando a retomada dos investimentos na área de insumos básicos e de transformação. Entre eles está o Plano de Otimização e expansão da siderurgia que ainda está para ser analisado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico do Governo.

O Mic não está incluído no "atraso crônico" das estatais com a Abdib porque no ano passado foram feitos pouquíssimos investimentos no setor, segundo o presidente da entidade. O mesmo não se pode dizer do Ministério das Minas e Energia. De lá, a Abdib aguarda a liberação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento — FND, além

de aportes financeiros provenientes do Banco Mundial, para o Plano de Recuperação Setorial da Eletrobrás, que significam 250 milhões de dólares referente ao primeiro semestre e o mesmo valor para o segundo semestre.

Estão sendo esperados também o co-financiamentos paralelos, atualmente em processo de negociação, que deveriam totalizar mais 700 milhões de dólares que deveriam vir do Exinbank japonês, do Nordik e do Bid-Banco Interamericano de Desenvolvimento.

O presidente da Abdib informou ainda que as encomendas referentes a investimentos nas áreas de celulose, o papel e de petroquímica, incluídos nos respectivos programas nacionais do Mic, perfazem hoje 20 por cento de suas atividades. "Isto não nos dá tranquilidade, precisamos dos setores siderúrgicos e de petróleo", afirma ele.

Enquanto o volume total de encomendas em carteira da Abdib chega a 1,6 bilhão de dólares, — o que significa um nível de ociosidade superior a 40 por cento — Teófilo acha que seria necessário um investimento de 2,5 a 3 bilhões de dólares para que 70 por cento da capacidade instalada no setor de indústrias de base fosse acionada.

"Pior crise que já vi"

Rio — "Esta é a pior crise que eu já vi". A afirmação foi feita, ontem pelo empresário Trajano Augusto de Azevedo Antunes — dono do Grupo Caemi e um dos homens mais ricos do País — acrescentando que considera muito difícil falar sobre medidas que solucionem os problemas que o Brasil vem enfrentando.

Normalmente avesso a entrevistas, Azevedo Antunes mantém aos 80 anos o jeito de falar pouco, sem, contudo, deixar de usar a ironia nos raros contatos com a imprensa. Ao ser perguntado sobre a ferrovia Norte-Sul, por exemplo, ele pediu aos repórteres que o cercaram na saída do gabinete do presidente do BNDES, Márcio Fortes — onde foi fa-

zer "uma visita de cortesia" — que não o "jogassem nos trilhos", para, em seguida, acrescentar que "toda ferrovia é bela".

Voltando a falar sobre os problemas econômicos que afetam o País, ele disse que o atual momento é mais grave do que o de 1983, porque o País experimenta mudanças institucionais, coincidindo com uma crise econômico-financeira. Sem esconder sua preocupação com a crise, Azevedo Antunes se permitiu até momentos de desabafo quando, após ter dito que "haverá sempre uma saída", afirmou que "na minha idade não se pode ser tão otimista e sim realista".